

ATA NÚMERO 184/XII/3ª SL

18.março.2014 – 15h00

Aos 18 dias do mês de março de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 8, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 332/XII/3.ª da iniciativa de Mais Lisboa. org que solicitam “ Salvem o Cinema Londres”.

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Inês Teotónio Pereira - CDS-PP

5. Petição n.º 318/XII/3.ª da iniciativa de Pedro Marinho Gonçalves Teixeira - Pretende ser integrado na carreira docente com um vínculo permanente.

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputada relatora:** Maria da Conceição Caldeira - PSD

6. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1380/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 no que respeita ao regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino COM (2014)32.

- **Apresentação e votação do parecer**
- **Autor do parecer:** Pedro Delgado Alves – PS

7. Petição n.º 340/XII/3.ª da iniciativa de Maria de Fátima Graça Ventura Brás que solicitam Elaboração de Horários cumprindo as disposições legais de carácter pedagógico, no 1.º Ciclo do Ensino Básico (Decreto-Lei 91/2013).

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PS

8. Petição n.º 341/XII/3.ª da iniciativa de Arlindo Fernando Pereira Ferreira que Pretendem que seja aberto um concurso interno extraordinário de professores e educadores do ensino básico e secundário em 2014.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PSD

9. Proposta de Lei n.º 192/XII/3.ª Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula liquidação, a

cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

- **Discussão e votação na especialidade**

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

19 de março, 2014 - 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Presidente da Comissão, presidiu à reunião a Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena. A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do BE e do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas das reuniões n.ºs 182 e 183 da Comissão, de 11 e 12 de março, bem como a da reunião n.º 3 da Mesa e Coordenadores, de 11 de março, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Proposta de Programa da Conferência *O futuro da Ciência em Portugal*

A Deputada Elza Pais (PS), relatora da temática da Ciência, justificou o programa, indicou que seria também importante incluir o Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no painel do financiamento ou no do novo Quadro Comunitário e indicou que a Conferência não poderia ser realizada no dia 20 de maio, por estarem suspensos os trabalhos parlamentares devido à campanha para as eleições europeias, tendo equacionado a hipótese de a mesma passar para o dia 27 desse mês.

Interveio depois o Deputado Duarte Marques (PSD), entendendo que o programa tem várias lacunas, defendendo a vinda de oradores estrangeiros e propondo que a matéria seja equacionada numa reunião da Mesa, Coordenadores e Relatora. Nesta sequência, consensualizou-se marcar a reunião proposta.

3.2. Matérias discutidas na Conferência de Presidentes de Comissões

A Presidente em exercício transmitiu a informação recebida do Presidente da Comissão de que tinham sido agendados para discussão na Conferência de Presidentes de Comissões pontos sobre o Acordo Ortográfico, a Avaliação Tecnológica Parlamentar e o prazo de discussão de Projetos de Resolução nas Comissões. Mais informou que apenas tinha sido equacionado o segundo ponto, tendo o Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, conjuntamente com a Presidente da Comissão de Inquérito aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Deputada Maria de Belém Roseira, ficado incumbidos de apresentarem um documento sobre a matéria, para análise numa próxima Conferência de Presidentes.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD) lembrou que a Comissão tinha discutido a representação da Comissão na Conferência sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar, nos dias 7 e 8 de abril, tendo sido deliberado indicar o Deputado Rui Pedro Duarte (PS) para participar num painel de discussão, no dia 8 de abril, às 12h00, em que se previa que houvesse intervenção do Deputado Relator da temática, o qual foi entretanto eleito autarca.

3.3. Curso de Iconografia Parlamentar Portuguesa

A Presidente deu conta duma comunicação da Doutora Cátia Mourão, funcionária do Museu da AR, informando que foi aprovada a proposta de criação do Curso de Iconografia Parlamentar Portuguesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito de um Curso de Verão 2014, que será maioritariamente ministrado pela interessada.

A docente solicita que na Comissão seja avaliado o interesse da associação a esta iniciativa, ao nível do reconhecimento da Iconografia Parlamentar Portuguesa como área de estudos em Ciência Política e do interesse deste curso na formação para a Cidadania. Tendo, inerentemente, uma finalidade pedagógica, esta formação ambiciona também resultados socioculturais objetivos, de aproximação ao Parlamento.

Solicita ainda a hipótese de o curso ser apresentado, na primeira aula, no dia 7 de julho (2.^a feira), cerca das 10h, por um representante da Comissão, que reconhecesse a novidade e o interesse do tema no âmbito dos estudos em Ciência Política. Seguir-se-ia uma visita guiada ao Palácio, realizada pela docente.

Por proposta da Deputada Isilda Aguincha (PSD), a matéria foi adiada para a reunião da semana seguinte, para que entretanto possa haver uma maior reflexão sobre a mesma.

3.4. Relatório da visita do Grupo de Trabalho do Desporto ao Centro Nacional de Golfe do Jamor

O Deputado Laurentino Dias (PS) referiu que concordava com o relatório, realçou a importância da visita e indicou que a mesma teria sido interessante para todos os Deputados da Comissão. Não se registaram outras intervenções.

3.5. Relatório da audição do peticionário da Petição 327/XII, Professor contratado da Escola Artística Soares dos Reis

Não se registaram intervenções em relação a este relatório.

3.6. Ciclo de Conferências “José Leite de Vasconcelos - 25.março.2014, Auditório Novo Edifício

A Presidente informou que teria lugar no dia referido a última Conferência, com a designação José Leite de Vasconcelos: “Peregrino do Saber, com a presença de Luís Fagundes Duarte (ex-Presidente da CECC) e António Valdemar, tendo ainda lugar o lançamento da publicação “O Arqueólogo Português” (série V, volume 2), pela INCM, que será apresentado por António Carlos Valera.

3.7. Audiência à Associação Nacional de Professores Contratados

A Presidente informou ainda que no dia seguinte, após o Plenário, cerca das 18h, teria lugar a audiência à Associação Nacional de Professores Contratados.

4. Petição n.º 332/XII/3.ª da iniciativa de Mais Lisboa. org que solicitam “ Salvem o Cinema Londres”.

A delegação dos peticionários era constituída por Rui Martins, Maria Estudante e Luís Matias.

A Presidente deu as boas vindas aos peticionários, indicou-lhes a grelha da reunião e convidou-os a explicitarem os motivos da petição e o pedido subjacente à mesma.

Os peticionários informaram que há 2 petições sobre a matéria, uma do Movimento de Comerciantes do Bairro, que foi entregue na Assembleia Municipal e esta petição “Salvem o Cinema Londres” que foi enviada à Assembleia da República, tendo ambas objetivos semelhantes, de criação de uma cooperativa cultural, para renovar e gerir o espaço.

Salientaram que nos termos previstos no artigo 59.º do [Decreto-Lei n.º 227/2006, de 15 de novembro](#), mantido em vigor pelo artigo 62.º do [Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto](#), conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do [Decreto-Lei n.º 23/2014 de 14 de fevereiro](#), “a demolição de recintos de cinema ou a sua afetação a atividade de natureza diferente depende de autorização do membro do Governo responsável pela área da cultura, a ser obtida diretamente pelo interessado ou pela entidade a quem competir o controlo prévio da operação urbanística”. Acrescentaram que a autorização da Inspeção Geral das Atividades Culturais precede a autorização da Câmara, pelo que as obras deviam ser paradas.

Referiram depois que o espaço do cinema Londres faz parte da “Lista de bens da Carta Municipal de Património Edificado” anexa ao PDM, pelo que as obras deviam ser de conservação e valorização, entendendo que não é esse o caso.

Indicaram ainda que existiam no espaço um painel de João Cutileiro e um quadro de Luís Noronha da Costa, que devem ser reintegrados no mesmo, caso tenham sido retirados.

Por último, indicaram que pedem à Assembleia da República o seguinte:

1. Que se averigüe se está a ser cumprida a lei;
2. Que se procurem soluções para o local;
3. Que a Secretaria de Estado da Cultura não autorize a mudança de atividade.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que o processo está parado e a decisão ainda não foi tomada, não se sabendo o que é que a Câmara vai fazer, informando que o CDS-PP pediu na mesma o embargo das obras.

No que respeita à alternativa apresentada pelos peticionários, de criação de uma cooperativa, questionou qual o diálogo que mantiveram com o proprietário do espaço e qual a solução jurídica que propõem para a mesma, sem prejudicarem o proprietário.

A Deputada Conceição Pereira (PSD) referiu que nasceu e cresceu na freguesia e viu nascer o cinema Londres, tendo grandes memórias em relação ao mesmo. Manifestou compreensão em relação à petição e referiu que o espaço é um local de encontro.

Salientou que a matéria está a ser acompanhada pelos serviços da Secretaria de Estado da Cultura e pela Câmara Municipal de Lisboa. Por outro lado e não obstante o projeto que os peticionários sugerem, questionou se aceitam outras propostas que preservem os fins culturais, nomeadamente um bowling e como preveem a sustentabilidade do espaço.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) salientou a tendência generalizada de fecho de salas de cinema, com concentração da propriedade das mesmas e com a passagem dos mesmos filmes, enfatizando a monocultura das grandes produções de Hollywood e propondo um quadro legislativo que impeça essa concentração.

Realçou o facto de estar em causa a propriedade privada do espaço e de haver necessidade de conjugação com os interesses do proprietário, referindo que não se pode determinar a constituição de uma cooperativa ou de outra utilização.

O Deputado Carlos Enes (PS) realçou que está em causa um espaço cultural que na década de 1970 marcou a área e enfatizou a qualidade do cinema e o facto de ser uma sala de referência. Referiu ainda que a abertura de cinemas em espaços comerciais gerou o fecho dos cinemas de rua, que sufocam, face às dinâmicas devoradoras dos primeiros.

Informou depois que tentarão obter respostas das entidades competentes e questionou que posições ou iniciativas de defesa têm sido tomadas pela Assembleia Municipal.

Na sequência das questões colocadas, os peticionários informaram que a situação é insólita, tendo o proprietário incomodidade em relação à mesma e realçaram que os vizinhos do espaço não conheciam a existência do arrendamento, antes das obras terem começado.

Informaram que tudo o que for feito terá de ter a anuência do proprietário, que aliás já exprimiu a disponibilidade para uma renda mais baixa que a contratada com o presente arrendatário. Consideraram aceitável uma solução de bowling, ou outra solução comercial, para financiar a renda e que tenha ao lado outras atividades menos lucrativas.

Referiram que não se sabe se a obra do Cargaleiro que estava no local ainda se mantém lá e referiram que a sala fechou porque o arrendatário faliu. Realçaram que muitas situações de fecho de salas são devidas ao atual regime de rendas. Corroboraram que o proprietário, uma imobiliária, tem de ser protegido na sua propriedade.

Equacionaram a hipótese de criação de um quadro legislativo para viabilizar cooperativas culturais de rua ou outras sociedades para o efeito, referindo que existem exemplos no estrangeiro com regimes especiais.

Realçaram que o cinema Londres era um espaço único, que os cinemas de rua estão a desaparecer e que esta petição é pela defesa dos mesmos, não somente em Lisboa, mas noutras cidades do país.

Por último, referiram que a freguesia do Areeiro foi fundida com outra e os responsáveis da nova Assembleia de Freguesia ainda não tomaram posição em relação à matéria.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

5. Petição n.º 318/XII/3.^a da iniciativa de Pedro Marinho Gonçalves Teixeira - Pretende ser integrado na carreira docente com um vínculo permanente.

O relatório foi apresentado pela relatora, Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV.

6. Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1380/2013 e o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 no que respeita ao regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino **COM (2014)32**.

Na sequência de um pedido do PS, foi consensualizado adiar a apreciação do relatório desta iniciativa europeia para a reunião seguinte.

7. Petição n.º 340/XII/3.^a da iniciativa de Maria de Fátima Graça Ventura Brás que solicitam Elaboração de Horários cumprindo as disposições legais de caráter pedagógico, no 1.º Ciclo do Ensino Básico (Decreto-Lei 91/2013).

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e solicitar pronúncia das entidades propostas, por unanimidade dos Deputados presentes, do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, BE e PEV.

Tendo a petição sido distribuída ao PS, o Deputado Acácio Pinto (PS) indicou como relatora a Deputada Sandra Pontedeira (PS).

8. Petição n.º 341/XII/3.^a da iniciativa de Arlindo Fernando Pereira Ferreira que Pretendem que seja aberto um concurso interno extraordinário de professores e educadores do ensino básico e secundário em 2014.

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e solicitar pronúncia das entidades propostas, por unanimidade dos Deputados presentes, do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, BE e PEV.

O PSD indicará posteriormente o Deputado relator.

9. Proposta de Lei n.º 192/XII/3.^a Procede à primeira alteração à Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais e ao Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, que regula liquidação, a cobrança, o pagamento e a fiscalização das taxas previstas na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro.

Na sequência de um pedido do PS, motivado pela entrega de novas propostas de alteração pelo PSD/CDS-PP, foi consensualizado adiar a discussão e votação na especialidade para a reunião seguinte.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

19 de março, 2014 - 10h00

A reunião foi encerrada às 16:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de março de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Michael Seufert
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria José Castelo Branco
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Luís Fazenda
Odete João